

→ 93-1001¹
(Brasil)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

"POBREZA URBANA, RISCO E COTIDIANO EM JOÃO PESSOA"

PESQUISADORAS:

Dra. ELIANA MONTEIRO MOREIRA - DCS-(COORD. DA PESQUISA)

Ms. MARIA DO SOCORRO DE SOUZA VIEIRA - (DSS)

Ms. MARIA DE FÁTIMA SANTOS DE ARAÚJO - (DCS)

JOÃO PESSOA, JULHO DE 1995

1- APRESENTAÇÃO

A idéia desta proposta de pesquisa integrada surgiu da discussão entre pesquisadores ligados aos Mestrados de Ciências Sociais e de Serviço Social da UFPB e técnicos da Fundação de Ação Comunitária, instituição do Governo do Estado da Paraíba executora de políticas públicas na área social, com identificação de interesses no estudo das condições de vida das populações pobres do meio urbano.

O estudo pretende se centralizar em áreas onde se fazem frequentes ocorrências de deslizamentos de barreiras, desabamentos e inundações, como é o caso das localidades: Renascer, Artur Borges e Saturnino de Brito, situadas na região metropolitana de João Pessoa, exigindo o deslocar constante das populações aí residentes.

Este projeto de pesquisa tem por objetivo investigar de que forma essas populações vivenciam as situações de risco a que estão submetidas e os constantes deslocamentos delas decorrentes. A focalização nesta questão nos parece bastante pertinente, uma vez que são escassos ainda os estudos sociológicos sobre este tema em João Pessoa.

Neste estudo trabalharemos com as categorias de perda, desenraizamento e medo que, a partir de contatos preliminares, foram apontadas como traduzindo as experiências dessas populações em situações de risco¹.

A equipe foi estruturada contemplando os seguintes aspectos:

a) O caráter de multidisciplinariedade: a equipe envolve, além dos três docentes nas áreas de Sociologia e de Políticas Públicas, estudantes de Comunicação Social, Filosofia, Psicologia e Antropologia Cultural, e de técnicos em planejamento da Fundação de Ação Comunitária (FAC).

Nesta perspectiva multidisciplinar o fenômeno será abordado em diversos ângulos, enriquecendo assim a produção acadêmica, com aprofundamento de linhas temáticas conforme os campos de interesses dos distintos pesquisadores docentes, alunos e técnicos, contribuindo para um maior conhecimento das questões a serem pesquisadas.

b) Caráter de multi-institucionalidade: no momento em que a Universidade pretende incentivar o envolvimento também de órgãos de planejamento e de intervenção tendo por objetivo subsidiar, com maior embasamento, políticas e projetos governamentais e não governamentais.

¹ Conforme a definição dos órgãos oficiais, são consideradas populações vivendo em situações de risco, aquelas que estão sujeitas a inundações, deslizamentos, desmoronamentos, descargas elétricas e contaminações por lixo ou outros materiais, situações essas ou outras que possam vir a colocar em perigo a vida dos moradores.

2- INTRODUÇÃO

Para uma melhor compreensão das situações de risco que ocorrem no espaço urbano de João Pessoa, uma breve reflexão se impõe sobre os fatores que têm ocasionado este fenômeno.

Falar em situações de risco numa cidade como João Pessoa se faz necessário refletir um pouco como vem se dando a organização da sua malha urbana nas últimas décadas.

Contrariamente ao que ocorre em outros centros urbanos brasileiros, a irrelevância de áreas muito elevadas, de rios sujeitos a transbordamentos expressivos, põe a cidade numa situação física das mais favoráveis. Portanto, as situações de risco neste caso estão mais diretamente ligadas ao processo de urbanização que a cidade conheceu em seu desenvolvimento do que por fatores físicos e geográficos. Senão vejamos:

A política de industrialização nacional trouxe para João Pessoa, a partir dos anos 70 através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, a implantação do Distrito Industrial, provocando mudanças na fisionomia dos antigos bairros e surgimento de novos. Houve um investimento expressivo no financiamento de habitações de melhor padrão de construção, com a criação e instalação de novos conjuntos residenciais, resultado das diretrizes políticas governamentais do Banco Nacional da Habitação, Cooperativas, Institutos, versões locais da COHAB, que agem sob o comando federal (Rodrigues, 1981, p.21). Isto gerou e continua gerando uma maior valorização do solo urbano que teve implicações sobre o processo de seletividade das populações aí residentes, expulsando aquelas de baixa renda para áreas menos nobres da cidade (Laviere e Laviere, 1987).

As altas taxas de crescimento anual da população nas décadas de 60 e 70 (ver Tabela 1) indicam a existência constante de um fluxo migratório do interior do estado em direção a capital e aos seus municípios de influência (Bayeux, Santa Rita e Cabedelo).

Esse crescente movimento migratório decorreu de duas ordens de fatores: de um lado, a expulsão de habitantes das regiões de origem onde podemos destacar "a inexistência de uma estrutura rural capaz de reter no trabalho da terra a população criada no campo" (SUDENE, 1960\70); a ausência de uma reforma agrária que possibilitaria a vida dos trabalhadores rurais no campo, "a sistemática mecanização da lavoura liberando mão-de-obra, e o grande período de estiagem forçando o êxodo rural" (MINTER, 1984). Por outro lado, os fatores de atração das cidades mais urbanizadas, tais como: maior perspectiva de engajamento no mercado de trabalho, com a busca de novas

oportunidades de emprego, mais facilidade de acesso aos serviços básicos (educação e saúde, entre outros), concorreram para que, ano-a-ano, uma grande parcela da população do interior do estado passasse a procurar o litoral.

Contudo este poder de atração da cidade foi igualmente limitado e/ ou seletivo pois tal como no meio rural observa-se cada vez mais a utilização de técnicas mais aprimoradas na produção, "fato que passa a exigir níveis mais elevados de qualificação de mão-de-obra, a partir de uma tendência modernizante que vem se dando de forma geral nas atividades urbanas altamente poupadoras de força de trabalho"(MINTER, 1984).

Esse fato somado ao aumento da população urbana, quer pelo próprio crescimento vegetativo quer pelos fluxos migratórios, se traduz na criação de um número de pessoas que não encontrando nas cidades emprego regular, passam a exercer, atividades de baixos níveis de remuneração que comprometem a sua subsistência enquanto trabalhador.

Devido os baixos e instáveis níveis de renda, esta população pobre, desempregada ou subempregada não tem acesso mesmo a incipiente oferta habitacional existente. Assim se vê obrigada a ocupar os espaços que por serem não somente afastados mas que também dado as suas precárias condições físicas (regiões de encosta sujeitas a risco de deslizamentos/desmoronamentos, por conta da irregularidade do relevo, áreas reservadas a redes de alta tensão, inundações, e outros) não constituem objeto de interesse de valorização/especulação fundiária e/ou imobiliária.

Este tipo de ocupação se torna cada vez mais expressivo (ver tabela 2) e se apresenta como a "solução" encontrada por uma parcela da população pobre no que se refere a questão moradia.

Através de notícias divulgadas na imprensa local bem como em documentos e relatórios de pesquisas, pode-se ter uma idéia da natureza e da dimensão dos riscos a que está submetida a população residente em alguns pontos da área urbana de João Pessoa. No ano de 1985, segundo uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica e Regional da UFPB (NHDIR), foram registradas em jornais locais 14 notícias concernentes à ocorrências de inundações. Uma das notícias analisadas refere-se a inundações e desabamentos acontecidos nas favelas São Rafael e Adolfo Cirne com destruição de 60 casas deixando 15 famílias desabrigadas.

Já em 1989, segundo documento elaborado pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC), ocorreram inundações e desabamentos de barreiras, em diversas favelas, deixando um saldo de 1.411 famílias desabrigadas e 33 mortes. Estas ocorrências afetaram principalmente as favelas Saturnino de Brito, Renascer I, Bairro São José, Barreira do Cabo Branco, Timbó, Tito Silva e São Rafael.

Assim, a possibilidade de sucederem acontecimentos trágicos se inscreve com mais veemência no horizonte cotidiano dessas populações que, não tendo acesso ao espaço urbano são forçadas a ocuparem áreas de risco. Por outro lado, uma primeira apreciação acerca das intervenções governamentais nestas situações, parece indicar que em decorrência da fragilidade econômica, social e política de tais grupos estas ações ocorrem de forma bastante precária, pouco contribuindo para a solução definitiva do problema.

Estas intervenções estatais vêm assumindo, na maioria das vezes, uma conotação "caritativa", reforçando a dependência dos grupos atingidos pelas ações governamentais, através de práticas clientelísticas, que podem vir a minar processos organizativos e lutas de resistência que vêm sendo empreendidos por esses grupos.

Apesar da força desses movimentos populares como resistência diante dessas situações adversas, o traço seletivo e excludente dos serviços oferecidos pelo Estado acaba favorecendo à manipulação política de grupos sociais. É como diz Weffort, (1992), os pobres "marginalizados", incapazes de se organizarem são tratados não como cidadãos, mas, como "clientes" na acepção romana do termo. Assim, interessa-nos também aprofundar de que forma vêm sendo implementadas, pelo Estado, algumas políticas diretamente voltadas para "assistir" essas populações.

Por outro lado, contactos preliminares com as populações das áreas em estudo, vivendo cotidianamente em situações de risco, revelam muitas vezes uma aparente aceitação às soluções precárias e provisórias oferecidas pelo Estado, nos levando a questionar de que forma elas apreendem essas práticas/ações governamentais, que estratégias de enfrentamento vêm sendo elaboradas por elas e a natureza do projeto de vida que podem vir a construir como forma de apontar alternativas àquela situação de vida a que estão submetidas.

Estas questões justificam a realização das linhas de pesquisa que propomos no sentido de ampliar a compreensão sobre este tema.

3- OBJETIVOS DA PESQUISA

- Compreender as dimensões culturais e subjetivas dessas populações no sentido de fornecer subsídios à elaboração de projetos e/ou programas de intervenção junto a esses segmentos sociais;

- Apreender o significado das perdas constantes tanto materiais como afetivas a que estas populações estão submetidas;

- Perceber/verificar de que forma vivem os desenraizamentos provocados pelas frequentes remoções por que passam, bem como os processos de construção de projetos e sua natureza (apresentados como enfrentamento aos problemas, como acesso possível de saídas a essas situações de perdas);

- Compreender a organização de seus cotidianos no sentido de captar quais estratégias vêm sendo adotadas em termos da criação de redes de relações e que práticas de solidariedade e/ou ajuda mútua vêm sendo adotadas no enfrentar dos problemas;

- Examinar a natureza de algumas das práticas que vêm sendo direcionadas a estas populações e ver de que forma elas percebem/apreendem as ações que vêm sendo adotadas em seu benefício.

4 - REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Entre as noções que servirão de suporte às nossas reflexões, a de risco se sobressai pelo fato dela constituir, no nosso entendimento, o eixo a partir do qual emergem/constroem as demais categorias analíticas deste.

Para melhor compreendermos o significado do conceito de risco, tomamos Giddens (1991), como referência, por este autor oferecer uma definição sociológica que mais se aproxima de nosso objeto.

Apoiando-se em Lukman, Giddens mostra a necessidade de diferenciar “risco” de “perigo”, alegando que esta diferenciação se deve às próprias características sociais da modernidade, onde se procura dar explicações dos fatos a partir antes de sua compreensão, enquanto associadas às contingências que marcam/afetam a atividade humana (e portanto humanamente criadas) e não resultantes da vontade de Deus ou da natureza.

Para o autor, risco e perigo estão intimamente ligados/relacionados, embora não sejam as mesmas coisas. O que o risco pressupõe é o perigo, não necessariamente a consciência deste. Uma pessoa que arrisca algo corteja o perigo, onde este é compreendido como uma ameaça aos resultados desejados. Quando o indivíduo age nem sempre ele tem consciência que nesta sua ação pode estar envolvendo uma possibilidade de risco ou de perigo. Em outra circunstância - no ‘risco calculado’ - o indivíduo sabe que corre risco mas não muda a sua ação no sentido de se livrar dele, estando, ao contrário, calculadamente ameaçado.

Risco e confiança se entrelaçam no sentido em que pela confiança se consegue reduzir a extensão do perigo, tornando assim o “risco aceitável”. Esta situação varia de contexto para contexto mas que é central à manutenção da confiança.

O risco não é apenas uma questão de ação individual. Existem “ambientes de risco” que afetam coletividades e a “segurança” se dá quando essas situações de perigo são neutralizadas através do equilíbrio entre confiança e o “risco aceitável”.

Outra categoria a ser analisada é a noção de medo uma vez que esta se associa diretamente à noção de risco. A permanente convivência com a possibilidade de situações de riscos iminentes, inscreve o medo no horizonte diário das pessoas que moram em áreas com essas características, que passam a agir e a representar o mundo e suas experiências sob a influência deste sentimento.

Como afirma Delumeau, (1989, p.19), o medo é inerente à própria condição humana. "A necessidade de segurança é portanto fundamental; está na base da afetividade e da moral humanas. A insegurança é símbolo da morte e a segurança o símbolo da vida". Entretanto, apesar da validade desta afirmação, a influência do medo no comportamento humano tem sido ainda pouco estudada, embora seja um campo de investigação extremamente amplo por abranger dimensões culturais e subjetivas que marcam sua singularidade entre as sociedades.

A escolha do medo como uma das dimensões que orientará as entrevistas se justifica como forma de enriquecimento da análise dos depoimentos dos entrevistados.

Outra dimensão considerada importante no processo de investigação relaciona-se com a experiência do desenraizamento, já que, em nosso entender, os moradores de áreas de risco são pessoas que frequentemente estão sujeitas a serem deslocadas.

Tendo já vivenciado outras situações de mudança, de intinerância por conta das condições adversas com que se depararam em seus lugares de origem, essas populações atualizam nos espaços urbanos que eles passam a adotar em suas trajetórias de vida, novas situações de cortes e desenraizamentos em seus cotidianos afetivos. Construções e reconstruções de identidades que vão se tecendo nesta "mobilidade" diante das situações de perdas constantes a que estão expostos.

A este respeito, são esclarecedoras as observações de Bosi (1992, p.16):

"Como pensar em cultura num país de migrantes? O migrante perde a paisagem natural, a roça, as águas, as matas, a caça, a lenha, os animais, a casa, vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir, o entoado nativo de falar, de viver, de louvar a seu Deus. Suas múltiplas raízes se partem. Na cidade, a sua fala é chamada "código restrito" pelos lingüistas; seu jeito de viver, "carência cultural"; sua religião, credice ou folclore. Seria mais justo pensar a cultura de um povo migrante em termos de desenraizamento. Não buscar o que se perdeu: as raízes já foram arrancadas, mas procurar o que pode renascer nessa terra de erosão".

Outra vertente de análise importante para o nosso tema diz respeito às formas de intervenção através das quais o estado, tem marcado sua presença durante as ocorrências de situações de risco. Consideramos de importância averiguar a natureza dessas ações, as relações de poder que elas envolvem e por outro lado, apreender igualmente, como, de que forma essas práticas vêm sendo percebidas pelas populações em estudo, bem como analisar suas estratégias de enfrentamento e resistência aos mecanismos clientelistas que o Estado possa fazer uso no encaminhamento de suas ações.

Estudos feitos sobre a atuação do Estado brasileiro na área social têm demonstrado o crescimento de cunho assistencialista das políticas sociais, sobretudo, a partir dos anos 80, em decorrência do agravamento da situação penalizando amplas camadas da população.

O quadro de miséria, desemprego e sub-emprego generalizado vai servir de base às práticas assistencialistas que emergem nesse período.

O que se vai assistir é a injeção de práticas clientelistas e de programas de natureza meramente conjuntural, evidenciando assim não um real compromisso de encaminhamento de soluções, mas antes saídas emergenciais, tópicas, mecanismos utilizados para conter os focos de tensões sociais que sinalizam o quadro perverso a que as populações estão submetidas (Draibe, 1989).

Por outro lado, outras formas de intervenção inspiradas pela lógica burocrática que comanda as ações do Estado, tendem a fazer abstração dos sujeitos, ao considerá-los meramente como puros homens econômicos, ou seja, movidos apenas pelas suas necessidades materiais, desprovidos de valores, de formas específicas de sociabilidade, que caracterizam sua cultura. É o que freqüentemente acontece nos casos que envolvem a remoção de moradores, que são muitas vezes deslocados em nome de decisões técnicas, sem levar em conta suas necessidades e aspirações. E como afirma Gonçalves Filho (1990, p.110).

"reconhecemos, então, a organização social da vida humana não como uma solução exterior e funcional de necessidades apenas econômicas, função estrita da sobrevivência natural, mas, mais profundamente, descobriremos os objetos e as práticas sociais - que traçam nossa existência - como internamente motivados, solicitando do observador, mais além da objetividade, atenção para os suportes efetivos da memória, ordenadores empíricos da vida intersubjetiva, apoios consistentes do campo simbólico em que brincam, trabalham e se encontram os homens".

Em consonância com estas idéias, colocou-se também a necessidade de investigar o ponto de vista dos agentes governamentais por um lado, e por outro o dos moradores afetados por políticas públicas, no sentido de apreender as motivações e os interesses que elas envolvem, resgatando assim a dimensão do conflito, e portanto da política, que é subjacente às decisões ditas "racionais", "neutras", com que são revestidas essas práticas.

Esta perspectiva de análise coloca no horizonte a discussão sobre a questão da cidadania, uma vez que envolve uma reflexão em torno do caráter das práticas do Estado, que têm sido marcadas historicamente pelo desrespeito à condição de sujeito destas populações pauperizadas.

Este desrespeito se expressa muitas vezes nos sucessivos processos de desenraizamento que essas populações são levadas a enfrentar. Referindo-se a estes problemas assume Gonçalves Filho (p.110) a reflexão de Ecléa Bosi:

"Como na natureza, as belas organizações são irreversíveis, quando se perdem não se reconstituem". E continua, afirmando sobre o quanto a mobilidade extrema entre as famílias pobres migrantes ou nômades urbanas, impede a sedimentação das pérolas do passado: "(...) não há memória para aquele a quem nada pertence. Tudo o que se trabalhou, criou, lutou, a crônica do indivíduo e da família, vão cair no anonimato ao fim do seu percurso errante. A violência que separou suas articulações, desconjuntou seus esforços, esbofeteou sua esperança, espoliou também a lembrança de seus feitos".

Dá a importância de ser levada em consideração, a vivência do cotidiano, ou seja, como as pessoas "convivem" e enfrentam essas situações de perda ou de viver constantemente sob as ameaças de deslocamentos por conta de riscos iminentes; que estratégias de resistência elaboram no seu dia-a-dia de insegurança e medo. Nessa perspectiva, os entrevistados não são considerados apenas como vítimas passivas das circunstâncias, mesmo que extremamente desfavoráveis em que se encontrem. Mas como sujeitos de interesses e vontades capazes também de se apropriarem de determinadas práticas em função de seus interesses.

Resta acrescentar que esta malha de temas que envolve o estudo da pobreza urbana em face das situações de risco terá como um dos fios condutores a apreensão das representações elaboradas pelos sujeitos que vivenciam essas experiências em seus cotidianos.

Por representações estamos entendendo a forma através da qual os sujeitos produzem e dão sentido às suas experiências de perda, como vivenciam as situações novas com que se defrontam, constroem seus projetos como forma de enfrentamento às contingências do dia-a-dia. Elas tem sua origem no cenário das relações sociais o locus por excelência que interagem, vivem, lutam os sujeitos em suas trajetórias de vida. Assim, fazemos nossa a definição de JOVCHELOVITCH (1994, p.81) para quem "as representações sociais são uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente. (...) elas são um espaço potencial de fabricação comum, onde cada sujeito vai além da sua própria individualidade para entrar em domínio diferente, ainda que fundamentalmente relacionado: o domínio da vida em comum, o espaço público"(...)

É o sentido do partilhar das situações vividas coletivamente e sua importância no processo de elaboração das representações dos sujeitos, conforme enfatiza a autora, que resgatamos como forma de análise no caso específico dos nossos sujeitos.

O trabalhar com as imagens, as impressões, sentimentos, aspectos intimamente ligados ao mundo subjetivo, só se torna possível quando eles se materializam através das falas, das evocações dos sujeitos.

MINAYO (1994, p.103), se apoiando nas reflexões de BOURDIEU e BAKHTIN, mostra como esses autores, em seus estudos sobre as representações sociais reconhecem na fala o instrumento fundamental para se resgatar as expressões que traduzem as condições de existência dos sujeitos. Para BOURDIEU “a palavra é o símbolo de comunicação por excelência porque ela representa o pensamento”(p.103) Dando destaque às falas, o autor insiste sobre o aspecto da objetividade das representações sociais, garantindo assim seu espaço de estudo na sociologia.

Nas nossas análises sobre as representações sociais incluiremos também, aspectos não verbalizados pelos sujeitos, ou seja, o gestual, os silêncios, os não ditos, por entendermos que eles são igualmente portadores de sentido, de significado, importantes portanto neste processo de resgate das experiências.

No tocante a análise das falas, o material discursivo constitui um dos eixos de nossos estudos, através do qual teremos acesso a realidade vivida pelos sujeitos, pois, como diz MINAYO, (opus cit., p.110) “é através dela que os atores sociais se movem, constroem suas vidas e explicam-nas mediante seu estoque de conhecimentos.”(...)

Essas questões orientarão toda a reflexão teórica da nossa pesquisa.

5 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Além da análise de discurso como recurso no tratamento das falas, outros procedimentos se somam a este, como forma de dar conta dos diversos aspectos que envolvem a complexidade do tema em questão.

1 - Levantamento junto às instituições que atendem e/ou intervêm junto às áreas de risco para atualização de informações sobre o estado das comunidades atingidas e verificar as que ainda não foram cadastradas;

2 - Retornar às áreas previamente visitadas e expostas a situações outras de risco de natureza química, biológica ou outras ainda não documentadas nos relatórios institucionais;

3 - Levantamento documental junto às instituições, entrevistando técnicos a elas ligados para atualização das informações sobre políticas de intervenção implementadas e/ou redefinidas (Secretaria do Trabalho e Ação Social-SETRAS, Secretaria do Trabalho e Promoção Social-SETRAPS, Coordenadoria Estadual de Defesa Civil-CEDEC, e outras);

4 - Estudo da legislação urbana para se inteirar dos mecanismos existentes em termos de recursos voltados para essas áreas;

5 - Levantamento videográfico e fotográfico das áreas a serem estudadas como meio de captar melhor, de um lado, o cenário das situações de risco e, de outro, apreender o cotidiano das populações. Entendemos que estes recursos possibilitarão uma relação mais nítida entre imagens e falas;

6 - Serão realizadas entrevistas com roteiro semi-estruturado que permitam resgatar tanto as informações concernentes às ocorrências de risco, trajetória dos deslocamentos/des-enraizamentos, estratégias de enfrentamento às perdas vividas pelos sujeitos bem como as representações por eles construídas de toda esta experiência;

7 - Observação direta afim de ajudar a apreender aspectos que não foram explicitados na ocasião das entrevistas;

8 - Seminários dos temas que serão objeto de estudo da pesquisa (desenraizamento, medo, cotidiano, representações sociais, políticas sociais, estratégias de sobrevivência, cidadania) e discussões metodológicas.

Esses procedimentos apresentados em seu conjunto, serão desdobrados no interior dos planos de trabalho dos pesquisadores de acordo com as necessidades presentes nos sub-projetos que pretendem desenvolver.

TABELA 1

TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE PARA MUNICÍPIOS DE JOÃO PESSOA, BAYEUX, SANTA RITA, CABEDELLO, MICRORRÉGÃO DO LITORAL PARAIBANO, PARAÍBA E NORDESTE.

TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO (%)

DISCRIMINAÇÃO	1960/70	1970/80	1960/80
João Pessoa	4,48	4,06	4,27
Bayeux	7,42	5,21	6,31
Santa Rita	2,01	2,49	2,25
Cabedelo	2,26	1,83	2,05
Litoral	2,72	2,90	2,81
Paraíba	1,77	1,52	1,60
Nordeste	2,40	2,16	2,28

Fonte: Projeto Especial Cidades de Porte Médio - Aglomerado Urbano de João Pessoa - MINTER/SUDENE/GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA/PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, Vol. I, 1984.

TABELA 2

EVOLUÇÃO DAS FAVELAS - PERÍODO 1963/1988

MUNICÍPIOS	1963/68	1968/73	1973/78	1978/83	1983/88
João Pessoa	04	08	23	69	103
Bayeux	01	03	04	05	06
Santa Rita	--	01	03	04	04
Cabedelo	--	02	05	07	07
Guarabira	--	--	--	01	03
Campina Grande	05	09	14	19	29
Catolé do Rocha	--	--	--	01	02
Sousa	--	--	--	04	01
Patos	--	--	--	01	02
Pombal	--	--	--	01	02
Cajazeiras	--	--	--	01	04
TOTAL	10	23	49	110	161

Fonte: Diagnóstico da Situação Habitacional da Paraíba - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Regional - 1988.

9 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Sergio H. Santos, W. G. Coimbra, M. A. Política Social e combate à pobreza. 2ª. ed. Rio de Janeiro. Zahar, 1989. 126p.
- ARENDETT, Hannah. A condição Humana. 7a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. 348p.
- ARIES, Philippe. O homem diante da morte. vol. 1 e 2, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1990.
- BOSI, Ecléa. Cultura e Desenraizamento, in. BOSI, Alfredo, org. **Cultura Brasileira: Temas e Situações**. São Paulo, Editora Ática, 1992.
- CERTEAU, Michel de. Teoria e Método no Estudo das Práticas Cotidianas, in **Anais do Encontro: Cotidiano, Cultura Popular e Planejamento Urbano**.
- DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente - 1300-1900**. São Paulo. Companhia das Letras, 1989.
- DINIZ, Eli. **Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 228p.
- DRAIBE, Sônia M. O Welfare State no Brasil: características e perspectivas. In: **ANUÁRIO CIÊNCIAS SOCIAIS HOJE**. São Paulo: ANPOCS; Vértice, 1989. p. 15-61.
- DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico**. Campinas, SP: Papyrus, 1994. 362p
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1989.
- GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**, São Paulo, Ed. Unesp, 1991, 177 pags.
- GONÇALVES FILHO, José M. Olhar e Memória, in NOVAES, Adauto, org., **O Olhar**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- GUARESCHI, Pedrinho, JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.) **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994. 324p.
- GUIA TURÍSTICO. **conheça a Grande João Pessoa**. Prefeitura Municipal de João Pessoa. 1992.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 4ª ed. 121p.
- LAVIERE, J.R. e LAVIERE, M.B.F. **A Evolução da Estrutura Urbana Recente de João Pessoa-1960/1986**. UFPB-MCS-NDHIR, 1987.
- MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

- NASCIMENTO, E. R. do, BARREIRA, Irllys A. F. **Brasil urbano: cenário da ordem e da desordem.** Rio de Janeiro: Notrya; Fortaleza: SUDENE & UFC, 1993. 256 p.
- OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 386 p.
- MINTER/SEDENE/GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA/PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **Projeto Especial Cidades de Porte Médio - Aglomerado Urbano de João Pessoa - Vol. I - 1984.**
- QUEIROZ, M. I. Pereira de. **Relatos Oraís: do "indizível" ao "dizível" s/d.**
- RAICHELIS, Raquel. **Legitimidade popular e poder público.** São Paulo. Cortez, 1988. 211p.
- RODRIGUES, Janete Lins. **Crescimento de uma Capital.** João Pessoa, Fundação Casa de José Américo. 1981.
- SADER, Eder, PAOLI, Maria C. Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro (notas de leituras sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth C. L. **A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 156 P.
- SPOSATI, Aldaiza. FALCÃO, M. do C. FLEURY, Sônia M. T. **Os direitos (dos desassistidos) sociais.** São Paulo: Cortez, 1989.
- SUDENE - Nordeste: **Migração inter e intra regionais - 1960/1970.**
- THIOLLENT, Michel J. M. **Crítica, Metodologia, Investigação Social e Enquete Operária.** Editora Polis, 1980.
- WEFFORT, Francisco. **Qual Democracia?** São Paulo, Companhia das Letras 1992.
- WEIL, Simone. **A Condição Operária e Outros Estudos Sobre a Opressão.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza.** São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. **A política e os políticos segundo os pobres urbanos: o voto pessoal versus voto ideológico.** *Revista do PMDB*, Rio de Janeiro, Fundação Pedrosa Horta, Ano I, n. 3, ago/set/1982.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES 96/97

	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
1.CONTINUAÇÃO LEVANTAMENTO JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES.	XXXX	XXX										
2.CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS ÁREAS EM ESTUDO.		XXX	XXX	XXX								
3.LEVANTAMENTO VIDEOGRÁFICO E FOTOGRÁFICO DAS ÁREAS EM SITUAÇÕES DE RISCO.		XXX	XXX	XXX					XXX	XXX		
4.ENTREVISTA DE APROFUNDAMENTO DAS LINHAS TEMÁTICAS.		XXX	XXX	XXX								
5.SEMINÁRIOS INTERNOS.	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	
6.TABULAÇÃO DOS DADOS.						XXX	XXX	XXX	XXX			
7.ANÁLISE DDS DADOS.									XXX	XXX	XXX	
8.ELABORAÇÃO DE TEXTOS E DOS RELATÓRIOS.					XXX					XXX	XXX	XXX

7 - ORÇAMENTO

REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS:

Transcrição de fitas.....	US\$ 1449,27
Serviços de estatística.....	US\$ 579,71
Sub-total.....	US\$ 2028,98

MATERIAL DE CONSUMO

Material de expediente.....	US\$ 579,71
Cópias xerox.....	US\$ 579,71
Fitas para filmadora (S-VHS).....	US\$ 144,93
Papel para computador.....	US\$ 217,39
Sub-Total.....	US\$ 1521,74

EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

Material bibliográfico.....	U.S 434,78
Sub-Total	US\$ 434,78

RECURSOS HUMANOS

2 Assistentes de pesquisa	US\$ 6260,87
Sub-Total	US\$ 6260,87
Total Geral	US\$ 10.246,37